

Mito e realidade dos indicadores educacionais: consequências para a formulação de políticas públicas*

Sergio Costa Ribeiro

A palestra de Sergio Costa Ribeiro apontou para erros essenciais de conceitos e metodologia de coleta e interpretação de dados estatísticos utilizados pelo Ministério da Educação desde 1930/1931, com graves consequências para a definição das políticas educacionais e para o planejamento e destinação dos recursos públicos.

Apesar de o palestrante, há mais de uma década, ter feito insistentes denúncias desses erros e da proposta metodológica que os corrigiria, a aplicação continuada dos mesmos critérios se explica pela pressão de interesses espúrios que, através de conclusões viciadas, garantem os investimentos em novas construções e a intocabilidade das verdadeiras causas da ineficiência permanente e brutal do sistema educacional,

O palestrante abordou o assunto examinado, particularmente, dois mitos aceitos e repetidos:

- o da evasão, ou seja, “mais de 50% das crianças que entram na primeira série do primeiro grau não chegam à segunda série”;
- o da pobreza, isto é, “a repetência e a evasão têm como causa a baixa renda das famílias das quais as crianças são provenientes”.

O primeiro – evasão – é consequência da utilização inadequada de um método que, por definição, se destina a sistemas que não apresentam repetência.

Essa metodologia toma o grupo de alunos matriculado na primeira série, em determinado ano, acompanha-o ao longo dos anos e séries subsequentes, para registrar, ao final, o número dos que terminam aquele nível de graduação (pirâmide educacional).

Até 1970 interpretava-se, pela leitura incorreta da pirâmide educacional, que essas crianças se haviam evadido.

A partir da introdução do modelo de fluxo pela Unesco, que acompanha o número de alunos nas séries em dois anos consecutivos, concluía-se que essa evasão seria de 25%. Porém, mesmo este número não corresponde à evasão real.

Tratando-se do ensino básico, o ingresso na primeira série ocorre aos 7 anos, o que evidentemente leva o número de matriculados novos na série a não ultrapassar o volume da população naquela faixa etária, isto é, cerca de 3,5 milhões em 1980. Considerando esta população frequentando a escola ao longo das oito séries, sem abandono e com reprovação

* Governo de São Paulo. Secretaria de Educação. Primeiro Encontro Nacional sobre Edificações e equipamentos escolares. Escolas de qualidade. São Paulo, p. 47-50, 1994

apenas inevitável em determinadas circunstâncias, o número de prédios escolares, de salas de aula e de professores existentes no País supera em muito as necessidades de toda a população em idade escolar.

No entanto, segundo dados do Censo Escolar, para o mesmo ano o número de matriculados novos era de aproximadamente 7 milhões, dobrando os dados demográficos e apontando para a demanda de novas construções e equipamentos.

Esse dado surpreendente tem origens identificadas. A utilização de dados provenientes de fontes domiciliares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e de metodologia baseada no modelo de fluxos, por cortes de idade, bem como a separação dos componentes das matrículas de cada ano em novos, repetentes e evadidos na série e no sistema, permite o traçado de outra realidade e principalmente a visão do que está por trás dos números oficiais.

Verifica-se que o sistema escolar registra como novos tanto os que ingressam pela primeira vez na escola quanto os que se matriculam repetidas vezes na mesma série; estes últimos constituem um número assustadoramente maior do que aquele que as estatísticas educacionais apontam como de “repetentes”, por conta das várias formas camufladas com que os alunos são submetidos à repetência. A maioria desses alunos persiste no direito à educação e retorna, ano após ano, aos bancos escolares.

A situação real é a de que em cada grupo de mil matriculados novos, 470 avançam, 511 repetem e somente 29 se evadem, entre aprovados e não aprovados, denunciando a incompetência e a ineficácia do sistema educacional.

Apenas são classificados como repetentes aqueles que, tendo passado pelas várias formas de reprovação e de expulsão ao longo do ano, são avaliados no final do período letivo e não conseguem ser aprovados.

Engrossando a categoria dos matriculados novos, estão aqueles que, avaliados pela direção da escola, antes do período das avaliações finais, são considerados inaptos. Estes são mandados para casa, para se apresentarem, no ano seguinte, na mesma série em que já se encontravam matriculados.

Outra forma de repetência, até mais camuflada, é a dos repetentes aprovados, isto é, aqueles que frequentam subséries da mesma série. São alunos contabilizados como aprovados e matriculados na série, subdividida em vários níveis (primeira série A, primeira série B, primeira série C, por exemplo), aumentando o número de repetentes reais que permanecem no sistema.

Acompanhando-se a relação aprovados/repetentes nos últimos anos – período que coincidiu com a implantação oficial do programa pré-escolar –, verificou-se uma diminuição vertiginosa do número de repetentes no primeiro grau. Essa diminuição levou novamente à conclusão precipitada de que estaria comprovada a necessidade de se construir pré-escolas em larga escala para melhorar o desempenho das crianças no ensino básico.

Pesquisando-se com maior cuidado, pode-se verificar a existência de uma nova camuflagem da repetência: a pré-escola, destinada, por definição às crianças pequenas de até seis anos, está sendo ocupada por alunos de 7 a 11 anos.

Ainda com todas essas formas de reprovação pesando sobre os alunos, a população insiste em frequentar a escola (99% retornam), apresentado a média de frequência geral de 8,7 anos/aluno, de 12 anos/aluno para os que completam a última série e de 6,4 anos/aluno para os que não completam o primeiro grau.

Somente 34%, em cada geração, conseguem terminar o primeiro grau, e o gasto com os repetentes aponta para um desperdício anual do sistema escolar no valor de US\$ 4 bilhões.

O segundo mito, o da relação direta entre repetência e pobreza, também se destina a desviar o combate e as atenções sobre as falhas do sistema escolar para as suas vítimas.

Conforme dados apontados pela pesquisa, a repetência ataca todas as faixas de renda quando os estudantes são organizados por decil de renda *per capita* das famílias, o que demonstra que a repetência integra, principalmente, a cultura da escola.

O sistema oferece como única pedagogia a ameaça de repetência para os seus alunos; a taxa de reprovação não se alterou significativamente em cinquenta anos: passou de 60 em 1930 para 55 em 1980.

Conclui-se, nesta exposição, que a evolução dos padrões educativos da população do País exige uma profunda mudança na concepção e nos procedimentos do sistema educacional, que destrua mitos, identifique e priorize os problemas essenciais e reconheça a existência de um superávit de infraestrutura e serviços já instalados, ou seja, de que há escolas, salas de aula e professores em número suficiente para atender a toda a população brasileira,